








SUMÁRIO






PARTE I • TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL

1. NOÇÕES GERAIS DO DIREITO PENAL	55
1.1 Conceito de Direito Penal.....	55
1.2 Características do Direito Penal.....	55
1.3 Direito Penal e outros ramos do Direito.....	56
1.3.1 Relação com o Direito Constitucional.....	56
1.3.2 Relação com o Direito Processual Penal.....	56
1.3.3 Relação com o Direito Administrativo.....	56
1.3.4 Relação com o Direito Civil.....	57
1.3.5 Relação com o Direito Internacional.....	57
2. EVOLUÇÃO DO DIREITO PENAL	59
2.1 Direito Penal e vingança.....	59
2.1.1 Noções introdutórias.....	59
2.1.2 Vingança divina.....	59
2.1.3 Vingança privada.....	60
2.1.4 Vingança pública.....	60
2.2 Direito Penal e idade antiga.....	60
2.2.1 Direito Penal e a Grécia antiga.....	60
2.2.2 Direito Penal em Roma.....	61
2.3 Direito Penal e Idade Média.....	61
2.3.1 Direito Penal Germânico.....	61
2.3.2 Direito Penal Canônico.....	61
2.4 Direito Penal e idade moderna.....	62
3. TENDÊNCIAS DOUTRINÁRIAS DO DIREITO PENAL	63
3.1 Escola Clássica.....	63
3.2 Escola Positiva.....	64
3.3 Positivismo jurídico.....	66
3.4 Neokantismo penal.....	66
3.5 Garantismo penal.....	67
3.6 Funcionalismo penal.....	67
3.7 Direito penal do inimigo.....	68


4. PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL	71
4.1 Noções introdutórias.....	71
4.2 Princípios do Direito Penal.....	71
4.2.1 Princípio da reserva legal ou da estrita legalidade.....	71
4.2.2 Princípio da anterioridade.....	73
4.2.3 Princípio da personalidade, responsabilidade pessoal ou da intranscendência.....	73
4.2.4 Princípio da responsabilidade penal subjetiva	73
4.2.5 Princípio da ofensividade ou da lesividade.....	74
4.2.6 Princípio da intervenção mínima	74
4.2.7 Princípio da insignificância ou crime de bagatela.....	76
4.2.7.1 Noções introdutórias.....	76
4.2.7.2 Requisitos.....	76
4.2.7.2.1 Requisitos objetivos.....	76
4.2.7.2.2 Requisitos subjetivos	77
4.2.7.3 Princípio da insignificância em espécie.....	78
4.2.7.4 Princípio da insignificância imprópria.....	84
4.2.8 Princípio da exclusiva proteção do bem jurídico	85
4.2.9 Princípio da adequação social.....	86
4.2.10 Princípio da confiança.....	86
4.2.11 Princípio da alteridade.....	87
4.2.12 Princípio da individualização da pena.....	87
4.2.13 Princípio da humanidade.....	88
4.2.14 Princípio da proporcionalidade ou da razoabilidade.....	88
4.2.15 Princípio do <i>ne bis in idem</i>	89
 Vídeo.....	89
5. FONTES DO DIREITO PENAL	91
5.1 Noções introdutórias.....	91
5.2 Fontes materiais, substanciais ou de produção	91
5.3 Fontes formais, cognitivas ou de conhecimento.....	92
5.3.1 Constituição Federal.....	92
5.3.2 Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos.....	92
5.3.3 Costumes.....	93
5.3.4 Jurisprudência	94
5.3.5 Doutrina	94
5.3.6 Princípios gerais do direito	94
 Vídeo.....	94
6. LEI PENAL	95
6.1 Introdução.....	95

6.2	A técnica legislativa no Direito Penal.....	96
6.3	Características da lei penal.....	96
6.4	Classificação das Leis Penais	96
6.4.1	Leis penais incriminadoras.....	97
6.4.2	Leis penais não incriminadoras.....	97
6.5	Normas penais em branco.....	98
6.5.1	Conceito.....	98
6.5.2	Classificação.....	98
	Vídeo.....	100
7.	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL.....	101
7.1	Noções introdutórias.....	101
7.2	Classificação.....	101
7.2.1	Quanto ao sujeito.....	101
7.2.2	Quanto aos meios empregados.....	102
7.2.3	Interpretação quanto ao resultado	103
7.2.4	Interpretação analógica.....	105
7.3	Analogia.....	105
7.3.1	Introdução	105
7.3.2	Espécies	105
7.4	Diferença entre analogia, interpretação analógica e interpretação extensiva.....	107
	Vídeo.....	107
8.	LEI PENAL NO TEMPO.....	109
8.1	Introdução.....	109
8.2	Conflitos de leis penais no tempo	109
8.2.1	<i>Abolito criminis</i>	110
8.2.1.1	Introdução.....	110
8.2.1.2	Efeitos da <i>abolito criminis</i>	111
8.2.1.3	<i>Abolito criminis</i> temporária.....	112
8.2.2	<i>Novatio legis in mellius</i>	112
8.2.3	<i>Novatio legis</i> incriminadora.....	113
8.2.4	<i>Novatio legis in pejus</i> ou <i>lex gravior</i>	113
8.3	Lei penal no tempo e crime permanente e continuado.....	114
8.4	Combinação de leis ou <i>lex tertia</i>	115
8.5	Competência para aplicar a lei penal mais benéfica.....	117
8.6	Lei penal benéfica e <i>vacatio legis</i>	117
8.7	Retroatividade da jurisprudência mais benéfica	119
8.8	Lei Intermediária	120
8.9	Leis de vigência temporária e leis excepcionais	121


8.10 Normas penais em branco e conflito de leis no tempo	122
8.10.1 Conceito.....	122
8.10.2 Classificação.....	122
8.10.3 Aplicabilidade das regras da lei penal no tempo.....	123
 Vídeo.....	126
9. TEMPO DO CRIME.....	127
9.1 Conceito e importância.....	127
9.2 Teorias	127
9.2.1 Teoria da atividade.....	127
9.2.2 Teoria do resultado.....	128
9.2.3 Teoria mista ou da ubiquidade	128
9.2.4 Teoria aplicada.....	128
9.2.5 Conclusão.....	129
 Vídeo.....	129
10. LUGAR DO CRIME	131
10.1 Introdução	131
10.2 Teorias	131
10.3 Hipóteses de aplicação ou não da teoria da ubiquidade.....	133
 Vídeo.....	135
11. LEI PENAL NO ESPAÇO	137
11.1 Princípio da territorialidade.....	137
11.1.1 Introdução	137
11.1.2 Conceito de território.....	138
11.1.3 Território brasileiro por extensão.....	138
11.1.3.1 Embarcações ou aeronaves brasileiras	138
11.1.3.2 Embarcações ou aeronaves estrangeiras.....	139
11.1.4 Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves	140
11.2 Extraterritorialidade.....	140
11.2.1 Introdução	140
11.2.2 Princípios.....	141
11.2.2.1 Princípio da nacionalidade.....	141
11.2.2.2 Princípio da defesa, real ou de proteção	142
11.2.2.3 Princípio da justiça universal ou cosmopolita.....	142
11.2.2.4 Princípio da representação ou da bandeira	142
11.2.3 Extraterritorialidade incondicionada.....	143
11.2.4 Extraterritorialidade condicionada	145
11.2.4.1 Hipóteses de incidência da extraterritorialidade condicionada.....	145


11.2.4.2	Condições.....	146
11.2.5	Extraterritorialidade e a pena cumprida no estrangeiro.....	148
	Vídeo.....	149
12. LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS		151
12.1	Introdução.....	151
12.2	Imunidades diplomáticas.....	151
12.3	Imunidades parlamentares.....	152
12.3.1	Introdução.....	152
12.3.2	Imunidade material ou absoluta.....	153
12.3.3	Imunidade formal ou relativa.....	154
12.3.3.1	Imunidade formal para prisão.....	154
12.3.3.2	Imunidade formal para o processo.....	156
12.3.3.3	Alcance da imunidade em relação à pessoa.....	157
	Vídeo.....	157
13. EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA		159
13.1	Eficácia da sentença estrangeira	159
	Vídeo.....	161
14. PRAZO PENAL.....		163
14.1	Contagem do prazo.....	163
14.2	Frações não computáveis na pena.....	166
	Vídeo.....	166
15. CONFLITO APARENTE DE NORMAS.....		167
15.1	Introdução.....	167
15.2	Conflito aparente de normas x conflito de leis no tempo	168
15.3	Conflito aparente de normas x concurso de crimes.....	168
15.4	Princípios para dirimir o conflito aparente de normas.....	168
15.4.1	Princípio da especialidade.....	168
15.4.2	Princípio da subsidiariedade.....	170
15.4.2.1	Subsidiariedade expressa.....	171
15.4.2.2	Subsidiariedade tácita.....	172
15.4.3	Princípio da consunção ou da absorção.....	172
15.4.3.1	Introdução.....	172
15.4.3.2	Hipóteses de incidência do princípio da consunção.....	173
15.4.4	Princípio da alternatividade	176
	Vídeo.....	177



PARTE II • TEORIA GERAL DO CRIME




1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS À TEORIA GERAL DO CRIME.....	181
1.1 Conceito de crime	181
1.1.1 Conceito formal x conceito material	181
1.1.2 Conceito analítico	182
1.1.3 Conceito adotado pelo Código Penal	183
1.2 Infração penal: diferença entre crime e contravenção.....	184
1.3 Sujeitos do crime	185
1.3.1 Sujeito ativo	185
1.3.1.1 Pessoa jurídica como sujeito ativo da infração penal	186
1.3.1.2 Pessoa jurídica de direito público como sujeito ativo da infração penal	188
1.3.1.3 Capacidade especial do sujeito ativo.....	189
1.3.2 Sujeito passivo.....	190
1.4 Objeto do crime	191
1.4.1 Objeto material.....	191
1.4.2 Objeto jurídico	192
 Vídeo.....	192
2. CLASSIFICAÇÃO LEGAL E DOUTRINÁRIA DOS CRIMES.....	193
2.1 Introdução	193
2.2 Crimes comuns, próprios e de mão própria	193
2.3 Crimes de dano e de perigo	194
2.4 Crimes materiais, formais e de mera conduta.....	195
2.5 Crimes comissivos, omissivos e de conduta mista.....	196
2.6 Crimes instantâneos, permanentes, instantâneos de efeitos permanentes e crimes a prazo	197
2.7 Crimes simples, complexos e ultracomplexos.....	198
2.8 Crime progressivo e progressão criminosa.....	199
2.9 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes	199
2.10 Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos	200
2.11 Crime multitudinário.....	200
2.12 Crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado.....	200
2.13 Crimes conexos.....	201
2.14 Crime continuado.....	201
2.15 Crime habitual.....	202
2.16 Crimes simples, privilegiados e qualificados.....	202
2.17 Crimes a distância, plurilocais e em trânsito.....	203
2.18 Crime consumado, crime tentado e crime exaurido.....	204
2.19 Crime falho	205



2.20 Crimes vagos	205
2.21 Crimes de forma livre e de forma vinculada	205
2.22 Crimes transeuntes e não transeuntes	205
2.23 Crimes principais e acessórios.....	206
2.24 Crimes uniofensivos ou mono-ofensivos e pluriofensivos.....	206
2.25 Crimes de subjetividade passiva única e de dupla subjetividade passiva.....	206
2.26 Crimes condicionados e incondicionados	206
2.27 Crimes naturais e plásticos.....	207
2.28 Crimes de menor potencial ofensivo, de médio potencial ofensivo e maior potencial ofensivo	207
2.29 Crime hediondo e equiparado a hediondo	207
2.30 Crime profissional.....	208
2.31 Quase-crime	208
2.32 Crime putativo	208
2.33 Crime funcional	208
2.34 Crimes de responsabilidade.....	208
2.35 Crimes políticos	209
2.36 Crimes contra o estado democrático de direito.....	209
2.37 Crimes militares	209
2.38 Crimes falimentares	210
2.39 Crime internacional	210
2.40 Crime organizado	210
2.41 Crimes do colarinho-branco e crimes de colarinho-azul (ou crimes de rua)	210
2.42 Crime gratuito	211
2.43 Crime inominado.....	211
2.44 Crime de ímpeto	211
2.45 Crime de tendência.....	211
2.46 Crime de tendência interna transcendente ou crime de intenção	212
2.47 Crime de atentado ou de empreendimento	212
2.48 Crime de mera suspeita, sem ação ou de mera posição	212
2.49 Crime de circulação	212
2.50 Crime de opinião ou de palavra.....	212
2.51 Crime de expressão.....	213
2.52 Crimes de impressão	213
2.53 Crime obstáculo	213
2.54 Crimes de catálogo	213
2.55 Crime subsidiário	214
2.56 Crime consunto e crime consuntivo.....	214
2.57 Crime mutilado de dois atos	214
2.58 Crime de resultado cortado.....	214
2.59 Crime de ação violenta.....	214



2.60 Crime de ação astuciosa	214
2.61 Crimes parcelares.....	215
2.62 Crime remetido.....	215
2.63 Crimes de hermenêutica	215
2.64 Crime liliputiano ou crime anão	215
2.65 Crime cibernético	215
2.66 Crimes de acumulação ou crimes de danos cumulativos.....	215
2.67 Crime de olvido ou de esquecimento.....	216
2.68 Crime achado	216
2.69 Crime de fato permanente e de fato transeunte.....	217
2.70 Crimes aberrantes.....	217
 Vídeo.....	217
3. FATO TÍPICO E SEUS ELEMENTOS	219
3.1 Introdução.....	219
3.2 Conduta.....	220
3.2.1 Introdução	220
3.2.2 Teorias.....	221
3.2.2.1 Teoria clássica, naturalista, mecanicista ou causal da ação.....	221
3.2.2.2 Teoria neokantista	222
3.2.2.3 Teoria finalista da ação.....	223
3.2.2.4 Teoria social da ação	226
3.2.2.5 Teoria da ação significativa	226
3.2.2.6 Teoria funcionalista.....	227
3.2.2.7 Teoria aplicada.....	229
3.2.3 Formas de conduta	229
3.2.4 Características e elementos da conduta.....	230
3.2.5 Causas de exclusão da conduta.....	230
3.3 Resultado	233
3.3.1 Conceito.....	233
3.3.2 Resultado naturalístico.....	234
3.3.3 Resultado jurídico ou normativo	235
3.3.4 Há crime sem resultado?	235
3.4 Relação de causalidade ou nexos causal	236
3.4.1 Conceito.....	236
3.4.2 Teorias da relação de causalidade.....	237
3.4.2.1 Teoria da causalidade adequada.....	237
3.4.2.2 Teoria da equivalência dos antecedentes causais.....	238
3.4.2.2.1 Limites à teoria da equivalência dos antecedentes causais...	240
3.4.2.3 Teoria aplicada.....	241
3.4.3 Espécies de causas ou concausas.....	242



3.4.3.1	Introdução.....	242
3.4.3.2	Causas dependentes e independentes.....	242
3.4.3.3	Causas absolutamente independentes.....	243
3.4.3.3.1	Efeitos das causas absolutamente independentes.....	244
3.4.3.4	Causas relativamente independentes.....	245
3.4.3.4.1	Efeitos das causas relativamente independentes.....	247
3.4.3.4.2	Efeitos das causas supervenientes que se encontram dentro da linha do desdobramento da conduta.....	248
3.4.4	Relevância causal nos crimes omissivos.....	249
3.4.4.1	Considerações gerais e teoria adotada.....	249
3.4.4.2	Crimes omissivos próprios.....	250
3.4.4.3	Crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão.....	251
3.4.4.3.1	Introdução.....	251
3.4.4.3.2	Pressupostos.....	251
3.4.4.3.3	Hipóteses do dever de agir para evitar o resultado.....	252
3.4.5	Dupla causalidade.....	255
3.4.6	Teoria da imputação objetiva.....	256
3.4.6.1	Introdução.....	256
3.4.6.2	Pressupostos e causas de exclusão da imputação.....	258
3.4.6.2.1	Criação ou incremento de um risco.....	259
3.4.6.2.1.1	Exclusão da imputação pela ausência de criação ou aumento do risco.....	260
3.4.6.2.2	O risco criado deve ser proibido.....	262
3.4.6.2.2.1	Exclusão da imputação pela ausência de criação do risco proibido.....	262
3.4.6.2.3	Risco realizado no resultado.....	265
3.4.6.2.3.1	Exclusão da imputação pela ausência do risco realizado no resultado.....	265
3.4.7	Tipicidade.....	267
3.4.7.1	Introdução.....	267
3.4.7.2	Fases da tipicidade.....	268
3.4.7.3	Teoria dos elementos negativos do tipo.....	269
3.4.7.4	Teoria da tipicidade conglobante.....	270
3.4.7.5	Adequação típica.....	271
 Vídeo.....		273
4.	TEORIA DO TIPO.....	275
4.1	Conceito.....	275
4.2	Estrutura do tipo penal.....	275
4.3	Espécies de tipo.....	276
4.4	Elementos do tipo.....	276


4.5	Funções do tipo penal	278
4.6	Classificação do tipo penal	279
4.6.1	Tipo fechado e tipo aberto.....	279
4.6.2	Tipo fundamental e tipo derivado.....	279
4.6.3	Tipo simples e tipo misto	280
4.6.4	Tipo congruente e tipo incongruente	281
4.6.5	Tipo normal e tipo anormal	282
4.6.6	Tipo complexo	282
4.6.7	Tipo de autor e tipo de fato	282
	Vídeo.....	283
5.	CRIME DOLOSO.....	285
5.1	Conceito	285
5.2	Características	285
5.3	Elementos do dolo	286
5.4	Teorias do dolo	287
5.5	Espécies de dolo.....	288
5.5.1	Dolo direto.....	288
5.5.1.1	Dolo direto de primeiro grau.....	288
5.5.1.2	Dolo direto de segundo grau.....	288
5.5.2	Dolo indireto.....	289
5.5.2.1	Dolo alternativo	289
5.5.2.2	Dolo eventual.....	290
5.5.2.2.1	Dolo eventual nos Tribunais Superiores	291
5.5.3	Dolo genérico e dolo específico	293
5.5.4	Dolo natural e dolo normativo.....	293
5.5.5	Dolo de dano e dolo de perigo.....	294
5.5.6	Dolo geral, <i>dolus generalis</i> ou por erro sucessivo	294
5.5.7	Dolo de propósito e dolo de ímpeto.....	296
5.5.8	Dolo antecedente, dolo atual e dolo subsequente	296
5.5.9	Dolo presumido	297
5.5.10	Dolo abandonado.....	297
	Vídeo.....	298
6.	TEORIA DO CRIME CULPOSO	299
6.1	Introdução	299
6.2	Elementos do crime culposo	300
6.2.1	Conduta humana voluntária.....	300
6.2.2	Inobservância do dever de cuidado objetivo.....	301
6.2.2.1	Descrição das modalidades de culpa na peça acusatória.....	305
6.2.3	Resultado involuntário	306




6.2.4	Nexo de causalidade	306
6.2.5	Previsibilidade objetiva	306
6.2.6	Ausência de previsão	308
6.2.7	Tipicidade	308
6.3	Espécies de culpa.....	309
6.3.1	Culpa inconsciente e culpa consciente.....	309
6.3.1.1	Diferença entre culpa consciente e dolo eventual.....	310
6.3.2	Culpa própria e culpa imprópria.....	311
6.3.3	Culpa mediata ou indireta	312
6.3.4	Culpa presumida.....	312
6.4	Concorrência de culpas.....	313
6.5	Compensação de culpas.....	313
6.6	Exclusão da culpa	314
	Vídeo.....	315
7.	CRIME PRETERDOLOSO.....	317
7.1	Conceito	317
7.2	Crime qualificado pelo resultado.....	318
7.2.1	Espécies de crimes qualificados pelo resultado.....	318
	Vídeo.....	319
8.	ITER CRIMINIS.....	321
8.1	Conceito	321
8.2	Cogitação	322
8.3	Atos preparatórios.....	322
8.4	Execução	323
8.4.1	Teorias a respeito da passagem dos atos preparatórios para os atos executórios	323
8.4.1.1	Teoria subjetiva.....	323
8.4.1.2	Teoria objetiva.....	323
8.4.1.3	Teoria aplicada.....	324
8.5	Consumação.....	326
8.5.1	Conceito.....	326
8.5.2	Consumação nas espécies de crimes.....	326
8.6	Exaurimento.....	329
	Vídeo.....	329
9.	TENTATIVA.....	331
9.1	Conceito	331
9.2	Natureza jurídica.....	331
9.3	Elementos da tentativa.....	332
9.3.1	Elemento subjetivo	332



9.3.2	Início da execução do crime.....	332
9.3.3	Não consumação do crime por circunstâncias alheias à vontade do agente ...	333
9.4	Espécies de tentativa.....	333
9.4.1	Tentativa perfeita, acabada ou crime falho.....	333
9.4.2	Tentativa imperfeita, inacabada ou tentativa propriamente dita.....	333
9.4.3	Tentativa incruenta ou branca.....	334
9.4.4	Tentativa cruenta ou vermelha.....	334
9.5	Punibilidade da tentativa.....	334
9.5.1	Teoria adotada.....	335
9.5.2	Critério para redução da pena.....	335
9.6	Dolo eventual e tentativa.....	336
9.7	Tentativa e crimes de ímpeto.....	336
9.8	Infrações incompatíveis com a tentativa.....	337
9.8.1	Crimes culposos.....	337
9.8.2	Crimes preterdolosos.....	338
9.8.3	Contravenções penais.....	338
9.8.4	Crimes omissivos próprios.....	339
9.8.5	Crimes unissubsistentes.....	339
9.8.6	Crimes habituais.....	339
9.8.7	Crimes de atentado ou de empreendimento.....	340
	Vídeo.....	340
10. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ.....		341
10.1	Introdução.....	341
10.2	Natureza jurídica.....	342
10.3	Desistência voluntária.....	343
10.4	Arrependimento eficaz.....	344
10.5	Requisitos.....	346
10.5.1	Voluntariedade.....	346
10.5.2	Eficácia.....	347
10.6	Consequência.....	348
10.7	Comunicabilidade.....	349
10.8	Desistência voluntária e arrependimento eficaz na lei antiterrorismo.....	350
	Vídeo.....	350
11. ARREPENDIMENTO POSTERIOR.....		351
11.1	Conceito.....	351
11.2	Natureza jurídica.....	351
11.3	Admissibilidade do arrependimento posterior.....	352
11.4	Requisitos.....	352
11.4.1	Crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa.....	352



11.4.2	Reparação do dano ou restituição da coisa.....	354
11.5	Comunicabilidade no concurso de pessoas.....	356
11.6	Recusa da vítima em aceitar a reparação do dano ou a restituição da coisa.....	356
11.7	Critério para redução da pena.....	356
11.8	Efeitos da reparação do dano ou restituição da coisa em situações específicas.....	357
11.8.1	Peculato culposo.....	357
11.8.2	Súmula nº 554 do STF.....	357
11.8.3	Juizados Especiais Criminais.....	357
11.8.4	Pagamento integral do débito tributário.....	358
	Vídeo.....	358
12. CRIME IMPOSSÍVEL	359
12.1	Conceito.....	359
12.2	Natureza jurídica.....	359
12.3	Teorias sobre o crime impossível.....	360
12.3.1	Teoria sintomática.....	360
12.3.2	Teoria subjetiva.....	360
12.3.3	Teoria objetiva.....	360
12.4	Espécies de crime impossível.....	362
12.4.1	Crime impossível por ineficácia absoluta do meio.....	362
12.4.2	Crime impossível por impropriedade absoluta do objeto.....	363
12.5	Critério de aferição da idoneidade.....	364
12.6	Furto sob vigilância x crime impossível.....	365
12.7	Crime impossível x crime putativo.....	366
12.7.1	Crime putativo por erro de tipo.....	366
12.7.2	Crime putativo por erro de proibição.....	367
12.7.3	Crime putativo por obra do agente provocador.....	367
	Vídeo.....	368
13. ERRO DE TIPO	369
13.1	Conceito.....	369
13.2	Erro de tipo essencial.....	371
13.2.1	Inevencível, inevitável, escusável.....	371
13.2.2	Vencível, evitável ou inescusável.....	372
13.2.3	Critério para distinção entre erro de tipo invencível e erro de tipo vencível.....	373
13.2.4	Efeitos do erro de tipo essencial.....	374
13.3	Erro de tipo acidental.....	375
13.3.1	Erro sobre o objeto.....	375
13.3.2	Erro sobre pessoa.....	376
13.3.2.1	Conceito.....	376
13.3.2.2	Consequência.....	376

13.3.3	Erro na execução (<i>aberratio ictus</i>).....	377
13.3.3.1	Conceito.....	377
13.3.3.2	Espécies.....	377
13.3.3.3	<i>Aberratio ictus</i> x legítima defesa.....	381
13.3.4	Resultado diverso do pretendido.....	382
13.3.4.1	Conceito.....	382
13.3.4.2	Espécies.....	382
13.3.5	Erro sobre o nexa causal ou <i>aberratio causae</i>	383
13.4	Descriminantes putativas.....	385
13.4.1	Conceito.....	385
13.4.2	Espécies.....	386
13.4.2.1	Descriminante putativa por erro de tipo.....	386
13.4.2.2	Descriminante putativa por erro de proibição.....	387
13.4.3	Natureza jurídica das discriminações putativas.....	388
13.5	Erro provocado por terceiro.....	392
	Vídeo.....	393
14. ILICITUDE.....		395
14.1	Introdução.....	395
14.2	Ilícitude formal e ilícitude material.....	395
14.3	Ilícitude objetiva e ilícitude subjetiva.....	396
14.4	Ilícitude penal e ilícitude extrapenal.....	396
14.5	Ilícitude genérica e ilícitude específica.....	397
14.6	Causas legais de exclusão de ilícitude.....	397
14.6.1	Introdução.....	397
14.6.2	Causas gerais e causas especiais de exclusão de ilícitude.....	398
14.6.3	Elementos objetivos e subjetivos das causas de exclusão da ilícitude.....	398
14.6.4	Os reflexos das causas de exclusão da ilícitude no processo penal.....	399
14.7	Causas supralegais de exclusão de ilícitude.....	401
14.7.1	Consentimento do ofendido.....	402
14.7.1.1	Introdução.....	402
14.7.1.2	Requisitos.....	402
14.7.1.3	Consentimento do ofendido em crimes culposos.....	404
	Vídeo.....	405
15. ESTADO DE NECESSIDADE.....		407
15.1	Conceito.....	407
15.2	Estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante.....	408
15.3	Estado de necessidade agressivo e estado de necessidade defensivo.....	409
15.4	Requisitos.....	410
15.4.1	Perigo atual.....	410


15.4.2	Ameaça a direito próprio ou alheio: estado de necessidade próprio e de terceiro.....	413
15.4.3	Situação de perigo não provocada voluntariamente pelo agente.....	413
15.4.4	Inevitabilidade do comportamento lesivo.....	414
15.4.5	Razoabilidade da proteção do direito ameaçado em detrimento do bem sacrificado.....	415
15.4.6	Ausência do dever legal de enfrentar o perigo.....	415
15.4.7	Elemento subjetivo do fato justificante.....	417
15.5	Causa de diminuição da pena.....	417
15.6	Estado de necessidade específico.....	418
15.7	Estado de necessidade e situação econômica (furto famélico).....	419
15.8	Estado de necessidade recíproco.....	420
15.9	Estado de necessidade e comunicabilidade.....	420
15.10	Estado de necessidade e erro na execução.....	421
15.11	Estado de necessidade x crimes permanentes x crimes habituais.....	422
15.12	Excesso.....	422
	Vídeo.....	422
16. LEGÍTIMA DEFESA.....		423
16.1	Introdução.....	423
16.2	Conceito.....	424
16.3	Requisitos.....	424
16.3.1	Agressão injusta.....	424
16.3.2	Agressão atual ou iminente.....	427
16.3.3	Agressão contra direito próprio ou de terceiro.....	428
16.3.4	Meios necessários.....	428
16.3.5	Moderação no uso dos meios necessários.....	430
16.3.6	Elemento subjetivo da legítima defesa.....	431
16.4	Legítima defesa e agente de segurança pública.....	431
16.4.1	Introdução.....	431
16.4.2	Destinatário.....	432
16.4.3	Requisitos.....	433
16.5	Aspectos pontuais da legítima defesa.....	434
16.5.1	Legítima defesa da honra.....	434
16.5.2	Legítima defesa sucessiva.....	435
16.5.3	Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i>	436
16.5.4	Legítima defesa contra a multidão.....	436
16.5.5	Legítima defesa contra pessoa jurídica.....	436
16.6	Legítima defesa e outras causas excludentes.....	437
16.6.1	Legítima defesa recíproca (legítima defesa real contra legítima defesa real).....	437
16.6.2	Legítima defesa real contra legítima defesa putativa.....	437
16.6.3	Legítima defesa putativa contra legítima defesa putativa.....	438
16.6.4	Legítima defesa contra estado de necessidade.....	438

16.6.5	Legítima defesa contra excludente de culpabilidade	438
16.7	Legítima defesa preordenada (ofendículos).....	438
16.8	Legítima defesa e confronto policial.....	439
	Vídeo.....	440
17. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL E EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO...		441
17.1	Estrito cumprimento do dever legal.....	441
17.1.1	Conceito.....	441
17.1.2	Destinatário.....	442
17.1.3	Dever legal.....	442
17.1.4	Cumprimento nos estritos limites da lei.....	443
17.1.5	Estrito cumprimento do dever legal no contexto de crime culposos.....	443
17.1.6	Estrito cumprimento do dever legal e comunicabilidade.....	443
17.2	Exercício regular de direito.....	443
17.2.1	Conceito.....	443
17.2.2	Alcance.....	444
17.2.3	Algumas hipóteses de exercício regular de um direito.....	444
17.2.3.1	Correção dos filhos.....	444
17.2.3.2	Livre manifestação de pensamento e opinião.....	445
17.2.3.3	Intervenções médicas e cirúrgicas.....	445
17.2.3.4	Violência esportiva.....	446
17.2.3.5	Inviolabilidade de domicílio.....	446
17.2.3.6	Utilização de cadáver não reclamado.....	446
	Vídeo.....	447
18. EXCESSO NAS EXCLUDENTES.....		449
18.1	Introdução.....	449
18.2	Espécies.....	450
18.2.1	Excesso doloso e culposos.....	450
18.2.2	Excesso acidental.....	452
18.2.3	Excesso exculpante.....	452
18.2.4	Excesso intensivo e extensivo.....	452
	Vídeo.....	453
19. CULPABILIDADE.....		455
19.1	Introdução.....	455
19.2	Teorias da culpabilidade.....	457
19.2.1	Teoria psicológica.....	457
19.2.2	Teoria psicológico-normativa da culpabilidade.....	458
19.2.3	Teoria normativa pura da culpabilidade.....	459
19.2.3.1	Teoria extremada da culpabilidade.....	460


19.2.3.2 Teoria limitada da culpabilidade	460
19.3 Teoria funcional da culpabilidade.....	461
19.4 Cocolpabilidade	462
19.5 Elementos da culpabilidade e suas causas excludentes.....	463
 Vídeo	463
20. IMPUTABILIDADE PENAL E CAUSAS DE EXCLUSÃO	465
20.1 Introdução	465
20.2 Critério para aferição da imputabilidade	466
20.2.1 Introdução	466
20.2.1 Critério adotado	467
20.3 Causas de exclusão: imputabilidade.....	467
20.4 Inimputabilidade pela enfermidade mental	468
20.4.1 Inimputabilidade pela doença mental	468
20.4.2 Inimputabilidade por desenvolvimento mental incompleto.....	468
20.4.3 Inimputabilidade por desenvolvimento mental retardado.....	469
20.4.4 Exame pericial.....	470
20.4.5 Consequências do reconhecimento da inimputabilidade por enfermidade mental.....	470
20.5 Semi-imputabilidade ou imputabilidade diminuída ou restrita	470
20.5.1 Introdução	470
20.5.2 Natureza jurídica	471
20.6 Inimputabilidade por menoridade penal.....	472
20.7 Emoção e paixão.....	472
20.7.1 Introdução	472
20.8 Inimputabilidade pela embriaguez.....	473
20.8.1 Conceito.....	473
20.8.2 Fases da embriaguez.....	474
20.8.3 Espécies de embriaguez	474
20.8.4 Efeitos.....	475
20.8.5 <i>Actio libera in causa</i>	476
 Vídeo	477
21. POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE	479
21.1 Introdução	479
21.2 Critérios para aferição da consciência da ilicitude.....	479
21.3 Desconhecimento da lei ou <i>ignorantia legis</i>	480
21.4 Falta de potencial consciência da ilicitude: erro de proibição	481
21.4.1 Conceito de erro de proibição	481
21.4.2 Espécies de erro de proibição	482
21.4.3 Efeitos: erro de proibição inevitável e evitável	483

21.5 Erro de proibição x crime putativo por erro de proibição x discriminante putativa por erro de proibição.....	486
21.6 Diferença entre erro de tipo e erro de proibição	486
 Vídeo.....	488
22. EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA.....	489
22.1 Conceito	489
22.2 Causas legais de exclusão da culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa..	489
22.3 Coação moral irresistível.....	490
22.3.1 Conceito.....	490
22.3.2 Requisitos	490
22.3.3 Efeitos.....	491
22.3.4 Coação moral irresistível x estado de necessidade.....	492
22.4 Obediência hierárquica.....	492
22.4.1 Conceito.....	492
22.4.2 Requisitos	493
22.4.3 Efeitos.....	493
22.4.4 Infiltração de agentes policiais nas organizações criminosas	494
22.5 Causas supraleais de exclusão da culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa	495
22.5.1 Introdução	495
22.5.2 Fato de consciência.....	496
22.5.3 Desobediência civil	497
 Vídeo.....	497
23. CONCURSO DE PESSOAS	499
23.1 Introdução	499
23.2 Requisitos do concurso de pessoas	500
23.2.1 Pluralidade de condutas	500
23.2.2 Relevância causal das condutas.....	500
23.2.3 Vínculo subjetivo	501
23.2.4 Identidade de infração para todos os agentes	502
23.3 Natureza jurídica.....	503
23.3.1 Teoria unitária (ou monista).....	503
23.3.2 Teoria dualista.....	503
23.3.3 Teoria pluralista.....	503
23.3.4 Teoria adotada.....	503
23.4 Modalidades de atuação no concurso de pessoas	506
23.4.1 Autoria.....	506
23.4.1.1 Teoria subjetiva ou unitária.....	506
23.4.1.2 Teoria extensiva.....	506
23.4.1.3 Teoria objetiva ou dualista	507


23.4.1.4	Teoria do domínio do fato.....	508
23.4.1.5	Teoria adotada	511
23.4.1.6	Espécies de autoria	511
23.4.1.6.1	Autoria imediata ou direta.....	511
23.4.1.6.2	Autoria mediata ou indireta	512
23.4.1.6.2.1	Conceito.....	512
23.4.1.6.2.2	Autoria mediata e crimes culposos	513
23.4.1.6.2.3	Autoria mediata e crimes próprios e de mão própria.....	513
23.4.1.6.3	Autoria por determinação.....	514
23.4.1.6.4	Autoria de escritório	514
23.4.1.6.5	Autoria por convicção.....	515
23.4.1.6.6	Autoria colateral.....	515
23.4.1.6.7	Autoria incerta	516
23.4.1.6.8	Autoria desconhecida	517
23.5	Coautoria.....	517
23.5.1	Introdução	517
23.5.2	Coautoria e crimes próprios.....	518
23.5.3	Coautoria e crimes de mão própria	519
23.5.4	Coautoria sucessiva	519
23.6	Participação.....	520
23.6.1	Introdução	520
23.6.2	Formas de participação	521
23.6.2.1	Participação moral.....	521
23.6.2.2	Participação material	522
23.6.3	Natureza jurídica da participação.....	522
23.6.3.1	Teoria da acessoriedade mínima.....	523
23.6.3.2	Teoria da acessoriedade limitada.....	523
23.6.3.3	Teoria da acessoriedade extremada.....	523
23.6.3.4	Teoria da hiperacessoriedade.....	524
23.6.3.5	Teoria adotada	524
23.6.4	Participação impunível.....	524
23.6.5	Participação posterior ao crime.....	525
23.6.6	Participação negativa ou convivência	526
23.6.7	Participação por omissão	526
23.6.8	Participação sucessiva	527
23.6.9	Participação em cadeia.....	528
23.6.10	Participação em ação alheia	528
23.7	Punibilidade do concurso de pessoas.....	528
23.7.1	Introdução	528
23.7.2	Participação de menor importância	529
23.7.3	Cooperação dolosamente distinta	530



23.8 Comunicabilidade e incomunicabilidade das circunstâncias.....	532
23.8.1 Elementares x circunstâncias.....	533
23.8.1.1 Elementares.....	533
23.8.1.2 Circunstâncias.....	533
23.8.1.3 Circunstâncias objetivas e subjetivas.....	534
23.8.2 Condições de caráter pessoal.....	534
23.8.3 Aplicação do art. 30 do CP.....	534
23.9 Concurso de pessoas em crime culposo.....	537
23.9.1 Introdução.....	537
23.9.2 Coautoria em crimes culposos.....	537
23.9.3 Participação em crimes culposos.....	538
23.10 Concurso de pessoas em crimes omissivos.....	538
23.10.1 Introdução.....	538
23.10.2 Coautoria em crimes omissivos.....	539
23.10.3 Participação em crimes omissivos.....	540
23.10.4 Participação por omissão em crime comissivo.....	540
23.10.5 Concurso de pessoas e crimes de autoria coletiva.....	541
 Vídeo.....	542

PARTE III • TEORIA GERAL DA PENA


1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	545
1.1 Conceito.....	545
1.2 Considerações sobre a evolução histórica.....	545
1.3 Finalidade.....	546
1.3.1 Teoria absoluta ou retributiva da pena.....	546
1.3.2 Teoria relativa ou da prevenção.....	547
1.3.2.1 Prevenção geral.....	547
1.3.2.2 Prevenção especial.....	548
1.3.3 Teoria mista ou eclética.....	548
1.4 Princípios informadores da pena.....	549
1.5 Classificação das penas.....	550
 Vídeo.....	551
2. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.....	553
2.1 Conceito.....	553
2.2 Diferenças entre reclusão e detenção.....	553
2.3 Regimes penitenciários.....	554
2.4 Fixação do regime inicial de cumprimento de pena.....	554
2.4.1 Regime inicial de cumprimento de pena nos crimes apenados com reclusão....	555
2.4.2 Regime inicial de cumprimento de pena nos crimes apenados com detenção..	556



2.4.3	Regime inicial nos crimes hediondos e equiparados	557
2.4.4	Regime inicial e Lei de Tortura.....	557
2.4.5	Regime inicial e detração	558
2.5	Regras do regime fechado.....	560
2.5.1	Noções introdutórias.....	560
2.5.2	Local de cumprimento da pena.....	560
2.5.3	Estabelecimentos penais federais de segurança máxima	561
2.5.4	Regime disciplinar diferenciado (RDD).....	562
2.5.4.1	Conceito	562
2.5.4.2	Hipóteses	562
2.5.4.3	Características	564
2.6	Regras do regime semiaberto	566
2.7	Regras do regime aberto.....	566
2.8	Súmula Vinculante nº 56: falta de estabelecimento penal adequado.....	567
2.9	Regime especial para mulheres.....	568
2.10	Execução provisória.....	568
2.10.1	Introdução	568
2.10.2	Execução provisória de réu preso	569
2.10.3	Execução provisória de réu solto.....	569
2.11	Progressão de regime	570
2.11.1	Introdução	570
2.11.2	Requisito objetivo	570
2.11.2.1	Regime anterior à Lei nº 13.964/2019.....	570
2.11.2.2	Prazos para crimes não hediondos ou equiparados.....	571
2.11.2.3	Prazos para crimes hediondos ou equiparados.....	573
2.11.2.4	Condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada.....	576
2.11.2.5	Súmula nº 715 do STF	576
2.11.3	Requisito subjetivo	576
2.11.4	Progressão de regime no caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência.....	577
2.11.5	Progressão nos crimes contra a administração pública.....	578
2.11.6	Progressão de regime e organização criminosa	579
2.11.7	Progressão de regime e colaboração premiada.....	580
2.11.8	Progressão por salto.....	580
2.11.9	Progressão de regime e falta grave.....	580
2.12	Regressão de regime	581
2.12.1	Hipóteses de regressão de regime	581
2.12.2	Regressão <i>per saltum</i>	583
2.13	Direitos do preso.....	584
2.14	Trabalho do preso.....	584
2.15	Remição.....	585


2.15.1	Conceito.....	585
2.15.2	Beneficiários.....	585
2.15.3	Contagem da remição pelo trabalho.....	585
2.15.4	Contagem da remição pelo estudo.....	586
2.15.5	Remição e falta grave.....	587
2.16	Superveniência de doença mental.....	588
2.17	Detração penal	588
2.17.1	Conceito.....	588
2.17.2	Detração e medida cautelar diversa da prisão.....	589
2.17.3	Detração e penas restritivas de direitos.....	590
2.17.4	Detração e pena de multa	590
2.17.5	Detração e regime inicial de cumprimento da pena.....	590
2.17.6	Detração e prisão provisória em processo distinto.....	590
2.17.7	Detração e suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>)	592
2.17.8	Detração para fins de prescrição	592
	Vídeo.....	592
3.	PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	593
3.1	Conceito	593
3.2	Natureza jurídica.....	593
3.3	Momento da substituição.....	594
3.4	Duração das penas restritivas de direitos	594
3.5	Requisitos das penas restritivas de direitos	594
3.5.1	Requisitos objetivos.....	595
3.5.1.1	Em relação aos crimes dolosos	595
3.5.1.2	Em relação aos crimes culposos.....	597
3.5.2	Requisitos subjetivos.....	599
3.6	Pena restritiva de direitos e crimes hediondos e equiparados	601
3.7	Penas restritivas de direitos e violência doméstica ou familiar contra a mulher	602
3.8	Formas de substituição	603
3.9	Conversão da pena alternativa em privativa de liberdade.....	604
3.9.1	Introdução	604
3.9.2	Causas gerais de conversão previstas no Código Penal.....	604
3.9.3	Causas especiais de conversão	605
3.10	Crimes militares e penas restritivas de direitos	606
3.11	Espécies de penas restritivas de direitos	606
3.11.1	Classificação.....	606
3.11.2	Prestação pecuniária	607
3.11.3	Perda de bens e valores.....	608
3.11.4	Prestação de serviço à comunidade.....	608
3.11.5	Interdições temporárias de direitos	609



3.11.5.1	Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo.....	609
3.11.5.2	Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público.....	610
3.11.5.3	Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo.....	610
3.11.5.4	Proibição de frequentar determinados lugares.....	611
3.11.5.5	Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos.....	611
3.11.6	Limitação de fim de semana.....	611
	Vídeo.....	612
4.	PENA DE MULTA.....	613
4.1	Conceito.....	613
4.2	Critério de fixação da pena de multa.....	613
4.3	Pagamento voluntário da pena de multa.....	614
4.4	Execução da pena de multa.....	614
4.5	Pena de multa e <i>habeas corpus</i>	616
4.6	Pena de multa e <i>sursis</i>	616
4.7	Pena de multa e prestação pecuniária.....	616
	Vídeo.....	617
5.	APLICAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.....	619
5.1	Introdução.....	619
5.2	Sistemas de fixação da pena.....	620
5.3	Vedação do <i>bis in idem</i>	620
5.4	Dosimetria da pena.....	620
5.5	Primeira fase da fixação da pena: pena-base e circunstâncias judiciais.....	621
5.5.1	Introdução.....	621
5.5.2	Rol das circunstâncias judiciais.....	623
5.5.2.1	Culpabilidade.....	623
5.5.2.2	Antecedentes.....	624
5.5.2.3	Personalidade do agente.....	627
5.5.2.4	Conduta social.....	628
5.5.2.5	Motivos do crime.....	628
5.5.2.6	Circunstâncias do crime.....	629
5.5.2.7	Consequências do crime.....	629
5.5.2.8	Comportamento da vítima.....	630
5.6	Segunda fase da fixação da pena: circunstâncias agravantes.....	631
5.6.1	Introdução.....	631
5.6.2	Circunstâncias agravantes.....	632
5.6.2.1	Reincidência.....	633
5.6.2.1.1	Introdução.....	633
5.6.2.1.2	Conceito e pressuposto.....	634



5.6.2.1.3	Reincidência e Lei de Contravenções Penais.....	635
5.6.2.1.4	Reincidência e condenação definitiva por pena exclusiva de multa.....	636
5.6.2.1.5	Espécies de reincidência.....	636
5.6.2.1.6	Eficácia temporal da condenação anterior para efeito da reincidência	637
5.6.2.1.7	Crimes que não induzem reincidência.....	639
5.6.2.2	Agravantes previstas no art. 61, II, do CP.....	642
5.6.2.2.1	Ter o agente cometido o crime por motivo fútil ou torpe	642
5.6.2.2.2	Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.....	642
5.6.2.2.3	À traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido	643
5.6.2.2.4	Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum	643
5.6.2.2.5	Contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.....	644
5.6.2.2.6	Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica.....	644
5.6.2.2.7	Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão	645
5.6.2.2.8	Contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida	646
5.6.2.2.9	Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade	646
5.6.2.2.10	Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido	646
5.6.2.2.11	Em estado de embriaguez preordenada	646
5.6.2.3	Agravantes no concurso de pessoas	647
5.6.2.3.1	Introdução.....	647
5.6.2.3.2	Promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes	647
5.6.2.3.3	Coage ou induz outrem à execução material do crime	647
5.6.2.3.4	Instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal.....	648
5.6.2.3.5	Executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa.....	648
5.7	Circunstâncias atenuantes.....	648
5.7.1	Introdução	648


5.7.2	Ser o agente menor de 21, na data do fato, ou maior de 70 anos, na data da sentença.....	649
5.7.3	Desconhecimento da lei.....	650
5.7.4	Ter o agente cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral.....	650
5.7.5	Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano.....	651
5.7.6	Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima.....	652
5.7.7	Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime.....	652
5.7.8	Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou.....	654
5.7.9	Circunstâncias atenuantes inominadas.....	654
5.8	Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas.....	655
5.8.1	Introdução.....	655
5.8.2	Concurso entre reincidência e confissão espontânea.....	655
5.8.3	Concurso entre reincidência e menoridade relativa.....	656
5.9	Terceira fase da aplicação da pena: causas de aumento e de diminuição da pena.....	657
5.9.1	Introdução.....	657
	Vídeo.....	661
6.	CONCURSO DE CRIMES.....	663
6.1	Introdução.....	663
6.2	Sistemas de aplicação da pena.....	663
6.2.1	Sistema do cúmulo material.....	664
6.2.2	Sistema da exasperação da pena.....	664
6.2.3	Sistema da absorção.....	664
6.3	Concurso de crimes e a relação com outros institutos.....	664
6.4	Concurso material de crimes.....	665
6.4.1	Conceito.....	665
6.4.2	Espécies.....	665
6.4.3	Aplicação cumulativa de reclusão e detenção.....	666
6.4.4	Concurso material e penas restritivas de direitos.....	666
6.4.5	Cumprimento simultâneo ou sucessivo de penas restritivas de direitos.....	666
6.4.6	Aplicação da pena.....	667
6.5	Concurso formal.....	667
6.5.1	Conceito.....	667
6.5.2	Espécies.....	668
6.5.2.1	Concurso formal homogêneo e heterogêneo.....	668


6.5.2.2	Concurso formal perfeito e concurso formal imperfeito	668
6.5.3	Aplicação da pena no concurso formal.....	669
6.5.4	Concurso formal e crime único	670
6.6	Concurso material benéfico	672
6.7	Crime continuado.....	672
6.7.1	Conceito.....	672
6.7.2	Natureza jurídica	673
6.7.3	Requisitos	673
6.7.3.1	Pluralidade de condutas.....	673
6.7.3.2	Crimes da mesma espécie	673
6.7.3.3	Conexão temporal.....	674
6.7.3.4	Conexão espacial.....	674
6.7.3.5	Maneira de execução	674
6.7.4	Unidade de desígnios.....	675
6.7.5	Espécies de crime continuado.....	676
6.7.5.1	Crime continuado comum	676
6.7.5.2	Crime continuado qualificado.....	676
6.7.5.3	Crime continuado específico	676
6.7.6	Aplicação da pena	677
6.7.7	Crime continuado e conflito de leis no tempo	677
6.7.8	Crime continuado e prescrição	678
6.7.9	Crime continuado e suspensão condicional do processo	679
6.7.10	Crime continuado entre crimes culposos.....	679
6.7.11	Distinção entre crime continuado e habitualidade criminosa	679
6.8	A pena de multa no concurso de crimes	680
	Vídeo	680
7.	LIMITE DAS PENAS.....	681
7.1	Introdução	681
7.2	Nova condenação e unificação das penas	682
7.3	Concurso de infrações	682
	Vídeo	683
8.	SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA (SURSIS).....	685
8.1	Conceito	685
8.2	Requisitos.....	685
8.2.1	Requisitos objetivos.....	685
8.2.2	Requisitos subjetivos.....	687
8.3	Momento para concessão do <i>sursis</i>	688
8.4	Espécies de <i>sursis</i>	688
8.5	Condições	688


8.6	Sursis incondicionado.....	689
8.7	Período de prova.....	689
8.8	Prorrogação do período de prova	690
8.9	Causas de revogação do <i>sursis</i>	691
	8.9.1 Revogação obrigatória.....	691
	8.9.2 Revogação facultativa.....	693
8.10	Cassação do <i>sursis</i>	693
8.11	Extinção da pena.....	694
8.12	<i>Sursis</i> e crimes hediondos e equiparados	695
8.13	<i>Sursis</i> e detração	695
8.14	<i>Sursis</i> sucessivos.....	696
8.15	<i>Sursis</i> simultâneos.....	696
8.16	<i>Sursis</i> para estrangeiro	696
8.17	<i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>	697
8.18	<i>Sursis</i> e indulto.....	697
8.19	<i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos	697
8.20	<i>Sursis</i> e regime inicial do cumprimento da pena	697
	 Vídeo.....	698
9.	LIVRAMENTO CONDICIONAL	699
9.1	Conceito	699
9.2	Livramento condicional x <i>sursis</i>	699
9.3	Requisitos.....	700
	9.3.1 Requisitos objetivos.....	700
	9.3.1.1 Natureza e quantidade da pena	700
	9.3.1.2 Cumprimento de parte da pena	700
	9.3.1.3 Reparação do dano, salvo efetiva impossibilidade	702
	9.3.2 Requisitos subjetivos.....	702
	9.3.2.1 Bom comportamento durante a execução da pena.....	702
	9.3.2.2 Não cometimento de falta grave nos últimos 12 meses	703
	9.3.2.3 Bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído.....	704
	9.3.2.4 Aptidão para prover a própria subsistência com trabalho honesto ...	704
	9.3.2.5 Constatação de condições pessoais que façam presumir que o libe- rado não voltará a delinquir na hipótese de condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça	704
9.4	Vedação do livramento condicional	704
9.5	Condições do livramento condicional	705
9.6	Causas de revogação do livramento condicional.....	706
	9.6.1 Causas de revogação obrigatória.....	706
	9.6.1.1 Crime cometido durante a vigência do livramento condicional.....	706
	9.6.1.2 Crime cometido antes do período de prova.....	707
	9.6.2 Causas de revogação facultativa.....	708

9.6.2.1	Se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes na sentença	708
9.6.2.2	Se o liberado for irrecorivelmente condenado, por crime ou contra-venção, à pena que não seja privativa de liberdade.....	708
9.7	Período de prova.....	709
9.8	Suspensão do livramento condicional.....	710
9.9	Extinção da pena.....	710
9.10	Questões complementares	711
9.10.1	Livramento condicional insubsistente.....	711
9.10.2	Livramento condicional cautelar	711
9.10.3	Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>	711
9.10.4	Livramento condicional humanitário	712
9.10.5	Livramento condicional para estrangeiro	712
	Vídeo.....	712
10.	EFEITOS DA CONDENAÇÃO	713
10.1	Introdução	713
10.2	Efeitos da condenação	713
10.2.1	Efeitos principais.....	714
10.2.2	Efeitos secundários.....	714
10.2.2.1	Efeitos secundários de natureza penal.....	714
10.2.2.2	Efeitos secundários de natureza extrapenal	714
10.2.2.2.1	Efeitos genéricos	715
10.2.2.2.2	Confisco alargado.....	716
10.2.2.2.3	Efeitos específicos.....	718
10.3	Efeitos da condenação previstos na Constituição Federal e leis especiais	719
10.3.1	Suspensão dos direitos políticos.....	719
10.3.2	Lei de Abuso de Autoridade.....	720
10.3.3	Lei de Tortura.....	720
10.3.4	Lei de Lavagem de Capitais	720
10.3.5	Lei das Organizações Criminosas	721
10.3.6	Lei de Preconceito de Raça ou de Cor.....	721
10.3.7	Lei de Recuperação Judicial e Falências.....	721
	Vídeo.....	721
11.	REABILITAÇÃO	723
11.1	Conceito	723
11.2	Cabimento da reabilitação.....	723
11.2.1	Assegurar o sigilo dos registros sobre o processo e a condenação do sentenciado.....	723
11.2.2	Efeitos específicos da condenação	725
11.2.2.1	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	725

11.2.2.2	Perda do poder familiar, da tutela ou da curatela.....	725
11.2.2.3	Inabilitação para dirigir veículo.....	725
11.3	Requisitos.....	725
11.3.1	Requisitos objetivos.....	725
11.3.2	Requisitos subjetivos.....	726
11.4	Procedimento.....	727
11.5	Revogação.....	727
	Vídeo.....	727
12. MEDIDA DE SEGURANÇA		729
12.1	Introdução.....	729
12.2	Espécies de medida de segurança.....	730
12.3	Pressupostos para aplicação da medida de segurança	731
12.4	Imposição de medida de segurança para inimputável.....	732
12.5	Duração da medida de segurança.....	732
12.6	Execução da medida de segurança.....	734
12.7	Internação provisória ou preventiva.....	734
12.8	Conversão do tratamento ambulatorial para internação	735
12.9	Conversão da pena em medida de segurança	735
12.10	Desinternação progressiva.....	736
	Vídeo.....	736
13. AÇÃO PENAL		737
13.1	Conceito	737
13.2	Características	737
13.3	Condições da ação penal.....	738
13.3.1	Condições genéricas	738
13.3.1.1	Possibilidade jurídica do pedido	738
13.3.1.2	Legitimidade <i>ad causam</i> ou legitimidade para agir.....	739
13.3.1.3	Interesse de agir.....	739
13.3.1.4	Justa causa	740
13.3.2	Condições específicas	740
13.4	Classificação.....	741
13.5	Ação penal pública.....	742
13.5.1	Titularidade.....	742
13.5.2	Princípios.....	742
13.5.2.1	Princípio da indivisibilidade na ação penal pública	743
13.5.3	Ação penal pública incondicionada.....	744
13.5.4	Ação penal pública condicionada	744
13.5.4.1	Conceito	744

13.5.4.2	Natureza jurídica da representação.....	745
13.5.4.3	Legitimados para oferecer representação.....	746
13.5.4.4	Prazo.....	747
13.5.4.5	Retratação da representação.....	748
13.5.4.6	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça...	749
13.6	Ação penal privada	749
13.6.1	Conceito.....	749
13.6.2	Princípios.....	750
13.6.3	Titular	751
13.6.4	Prazo da ação penal privada.....	751
13.6.5	Ação penal privada subsidiária da pública.....	752
13.7	Ação penal no crime complexo	753
13.8	Ação penal no concurso de crimes	753
13.9	Ação penal em relação ao crime de lesão corporal praticado no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.....	753
	Vídeo.....	754
14. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....		755
14.1	Introdução	755
14.2	Causas extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CP.....	755
14.3	Causas de extinção da punibilidade x causas de exclusão da punibilidade	756
14.4	Momento de ocorrência das causas extintivas da punibilidade.....	756
14.5	Efeitos da extinção da punibilidade.....	757
14.6	Causas de extinção de punibilidade previstas no art. 107 do CP	757
14.6.1	Morte do agente.....	757
14.6.2	Anistia, graça e indulto.....	758
14.6.2.1	Anistia.....	758
14.6.2.2	Graça.....	759
14.6.2.3	Indulto.....	760
14.6.3	Lei posterior que deixa de considerar o fato criminoso (<i>abolitio criminis</i>).....	761
14.6.4	Prescrição, decadência e preempção	761
14.6.4.1	Decadência.....	761
14.6.4.2	Preempção.....	762
14.6.5	Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação penal privada.....	763
14.6.5.1	Renúncia ao direito de queixa	763
14.6.5.2	Perdão do ofendido.....	764
14.6.6	Retratação do agente	765
14.6.7	Perdão judicial	765
14.6.7.1	Conceito	765

14.6.7.2	Natureza jurídica.....	766
14.6.7.3	Alcance.....	766
14.7	Extinção da punibilidade e crimes conexos, complexos e acessórios.....	767
	Vídeo.....	768
15. PRESCRIÇÃO.....		769
15.1	Introdução.....	769
15.2	Fundamentos.....	769
15.3	Natureza jurídica.....	770
15.4	Imprescritibilidade.....	771
15.5	Prescrição x decadência.....	772
15.6	Espécies de prescrição.....	772
15.7	Efeitos da prescrição.....	773
15.8	Prazos para o cálculo da prescrição.....	774
15.9	Forma de contagem do prazo prescricional.....	775
15.10	Prescrição da pretensão punitiva.....	777
15.10.1	Introdução.....	777
15.10.2	Prescrição da pretensão punitiva em abstrato ou propriamente dita.....	777
15.10.2.1	Introdução.....	777
15.10.2.2	Cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva em abstrato.....	778
15.10.2.3	Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva em abstrato.....	779
15.10.2.4	Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva.....	781
15.10.2.5	Causas interruptivas da prescrição no concurso de pessoas e crimes conexos.....	786
15.10.2.6	Hipóteses de incidência da prescrição da pretensão punitiva em abstrato.....	787
15.10.2.6.1	Procedimento diverso do Tribunal do Júri.....	787
15.10.2.6.2	Procedimento do Tribunal do Júri.....	789
15.10.3	Prescrição da pretensão punitiva retroativa.....	793
15.10.3.1	Introdução.....	793
15.10.3.2	Pressupostos.....	793
15.10.3.3	Cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva retroativa.....	794
15.10.3.3.1	Redução da pena aplicada na sentença pelo Tribunal.....	794
15.10.3.4	Hipóteses de incidência da prescrição da pretensão punitiva retroativa nos crimes diversos do procedimento do Tribunal do Júri.....	795
15.10.3.5	Hipóteses de incidência da prescrição da pretensão punitiva retroativa nos crimes diversos do procedimento do Tribunal do Júri.....	797
15.10.3.6	Prescrição da pretensão punitiva retroativa entre a data da consumação e o recebimento da denúncia e a ultra atividade do art. 110, § 2º, do CP.....	797
15.10.4	Prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente.....	798
15.10.4.1	Introdução.....	798

15.10.4.2 Pressupostos	799
15.10.4.3 Cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva retroativa.....	799
15.10.4.4 Hipótese de incidência da prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente	800
15.11 Prescrição da pretensão executória.....	801
15.11.1 Introdução	801
15.11.2 Pressuposto.....	801
15.11.3 Termos iniciais.....	802
15.11.4 Causas interruptivas.....	804
15.11.5 Incomunicabilidade da prescrição da pretensão executória.....	805
15.11.6 Prescrição no caso de evasão do condenado ou de revogação do livramento condicional.....	805
15.11.7 Algumas hipóteses de incidência da prescrição da pretensão executória.....	805
15.12 Prescrição da pena de multa	807
15.13 Redução do prazo prescricional em face da idade do agente.....	808
15.14 Causas impeditivas e suspensivas da prescrição	809
15.14.1 Causas impeditivas e suspensivas da prescrição previstas fora do âmbito do Código Penal.....	812
15.15 Prescrição das penas mais leves e mais graves.....	813
15.16 Prescrição e concurso de crimes.....	814
15.17 Prescrição e detração penal.....	815
15.18 Prescrição projetada, antecipada, virtual ou em perspectiva.....	815
15.19 Prescrição e medida de segurança	817
15.20 Prescrição e ato infracional.....	818
15.21 Prescrição e Lei de Drogas.....	818
15.22 Prescrição e Código Penal Militar	819
 Vídeo.....	819
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	821